

Rasuras pós-coloniais e identitárias em *Balada de Amor ao Vento*, de Paulina Chiziane

Luciano Santos Neiva (UFBA)*

<https://orcid.org/0000-0002-5388-9929?lang=pt>

Resumo:

Análise de como a inscrição de identidades sob rasuras, no contexto pós-colonial, promoveu a desconstrução da ideologia colonial, bem como da supremacia e hegemonia da identidade masculina, a partir da análise do romance *Balada de amor ao vento* de Paulina Chiziane.

Palavras-chave: Identidades sob rasuras, desconstrução, identidade masculina, hegemonia, colonialismo.

Abstract:

Postcolonial and identity erasures in *Balada de Amor ao Vento* by Paulina Chiziane

Analysis of how the inscription of identities under erasures, in the post-colonial context, promoted the deconstruction of the colonial ideology as well as the supremacy and the hegemony of masculine identity, from the analysis of the novel *Balada de amor ao vento*, by Paulina Chiziane.

Keywords: Identities under erasures, deconstruction, masculine identity, hegemony, colonialism.

Colonialismo e poder disciplinar

Com a alegação de que, por falta de fontes e de documentos escritos, muitos especialistas não africanos, ligados a uma percepção essencialista e homogeneizante, advogavam que as sociedades africanas não podiam ser objeto de um estudo científico, perpetuando mitos, preconceitos e estereótipos. Uma imagem distorcida, ancorada numa visão de que as sociedades africanas, dado o seu estado “primitivo”, não podiam ter história. Nas palavras de M’Bow: “Ao escrever a his-

tória de grande parte da África, recorria-se somente às fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser” (M’BOW, 2011, p. xix).

Friedrich Ratzel (1844-1904), intelectual orgânico da burguesia pró-imperialista alemã foi um dos teóricos que contribuíram para essa assertiva, colocando a geografia a serviço do colonialismo. Ratzel dividiu os

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, da Universidade Federal da Bahia (PPGlitcult). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9509521187568729>. E-mail: bielucci@gmail.com

povos em dois grandes grupos: “naturais”, que eram dominados pela natureza, e “civilizados”, que a dominavam. Desenvolveu, assim, o conceito de “espaço vital”, que seria tão caro aos nazistas alemães no século XX. Sob esta ótica, as guerras defensivas ou de conquista de territórios de outros povos se justificariam, pois a história humana seria a história da luta perpétua dos povos e grupos sociais pelo seu espaço vital.

Não em vão, a Conferência Internacional de Berlin, entre 1884 e 1885, da qual participaram cientistas e diplomatas das potências capitalistas europeias — como Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica — e dos Estados Unidos, procurou legitimar a sua expansão imperialista, com a repartição entre eles do continente africano, sendo o atual mapa geográfico da África (que não respeita a divisão tradicional que havia entre os povos e etnias africanas) a consequência mais nítida do seu projeto de dominação. Podemos imaginar, então, que a cultura imperial etnocêntrica, determinante dos projetos coloniais da genérica África, esteve ancorada no poder ideológico centralizador que a conformava, naturalizando as relações estabelecidas. Com efeito,

(...) havia uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e perpetuaram, através dos séculos, por vias que lhe são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método (M'BOW, 2011, p. xx).

Em contraponto, a superioridade das nações europeias estaria vinculada à sua própria história e, especialmente, à sua localização geográfica privilegiada, o que justificava a dominação dos países coloniais e a de seus povos, que se compõem de uma maioria não branca. Daí, a partilha europeia do continente africano justificava-se como

uma conquista. As nações industrializadas da Europa, em nome de transformações tidas como revolucionárias e fundamentais, advindas das Revoluções Francesa e Industrial, não pouparam esforços para retalhar, subjugar e efetivamente ocupar a África, no fim do século XIX e no início do século XX. No dizer de Uzoigwe: “o que há de notável nesse período é, do ponto de vista europeu, a rapidez e a facilidade relativa com que, mediante um esforço coordenado, as nações ocidentais ocuparam e submeteram um continente assim tão vasto” (UZOIGWE, 2011, p. 21).

Analisando a partilha da África e o novo imperialismo, Uzoigwe (2011) apresenta algumas teorias que procuraram justificar tal fenômeno, pleno em interpretações tão contraditórias, a saber: *teoria econômica*, *teorias psicológicas*, *teorias diplomáticas* e *teoria da dimensão africana*.

A *teoria econômica* amparou-se na concepção de um imperialismo econômico como último estágio do capitalismo, em que “a essência do *Weltpolitik* era o impulso profundo que conduz todos os capitalisms a uma política de pilhagem, a qual leva o capitalismo europeu e o americano a instalarem-se no mundo inteiro” (LEDEBOUR apud. BASSO, 1972, p. 114), como forma de naturalizar a forma de dominação unilateral imperialista do continente africano. Hobson, neste sentido, nos fornece a formulação clássica dessa teoria:

A superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados levaram-nos a colocar uma parte crescente de seus recursos econômicos fora de sua esfera política atual e a aplicar ativamente uma estratégia de expansão política com vistas a se apossar de novos territórios (HOBSON, 1992, p. 81).

Por sua vez, as *teorias psicológicas* abrangem o *darwinismo social*, o *cristianismo evangélico* e o *atavismo social*. No primeiro

caso, tomando por base a obra de Darwin “*A origem das espécies por meio da seleção natural, ou a conservação das raças favorecidas na luta pela vida*”, publicada em 1859, os partidários da supremacia da raça branca europeia invocavam o processo “científico” de seleção natural para justificar a dominação da “raça-superior” sobre as “raças sujeitas” ou “não evoluídas”. No segundo caso, o cristianismo evangélico, guiado por uma boa dose de zelo humanitário e filantrópico, sustentava a ideia de que a partilha da África deveria ocorrer com o intuito de “regenerar” os povos africanos de suas religiões e costumes primitivos, atendendo a um impulso missionário. No terceiro caso, enfim, partindo da ideia de que o imperialismo seria a consequência de certos elementos psicológicos imponderáveis, em que o desejo de apropriação seria próprio do ser humano; Schumpeter resignificou o capitalismo como “anti-imperialista” e benevolente. Desta forma, “o capitalista teria objetivos claramente definidos e, por isso, seria inteiramente hostil aos comportamentos atávicos, próprios de antigos regimes” (UZOIGWE, 2011, p. 26). Tais teorias, apesar de apresentarem centelhas que ajudam a compreender a partilha da África, se mostram a-históricas, já que não conseguem explicar por que essa partilha se deu num determinado momento histórico.

Já as *teorias diplomáticas* procuram dar uma explicação puramente política da partilha, sob os enfoques do *prestígio nacional*, do *equilíbrio de forças* e da *estratégia global*. Em relação ao *prestígio nacional*, conforme Hayes (1941, p. 22), “o novo imperialismo era um fenômeno nacionalista”, em que seus defensores tinham sede ardente de prestígio nacional diante das potências de menor importância, as quais, além de não terem prestígio a defender, dependiam das potên-

cias imperialistas para as suas administrações com “redobrado vigor”. No tocante ao *equilíbrio de forças*, Hinsley (1959) advogava que o desejo de paz e de estabilidade dos Estados europeus foi a causa principal da partilha da África. Em outras palavras, quando os conflitos de interesses na África afetaram a estabilidade europeia, não restou outras escolhas às nações europeias, senão a partilha do imenso continente, o que promoveria um equilíbrio de forças, evitando conflitos. Quanto à *estratégia global*, sustentava-se a ideia de que o interesse da Europa pela África fora ditado muito mais por uma estratégia global do que pela economia. Sob esta ótica, os movimentos atávicos “protonacionalistas” africanos seriam entraves aos interesses estratégicos das nações europeias, o que justificaria a sua invasão e partilha.

Como de boas intenções, o mundo ocidental está cheio; não é de se estranhar que o poder financeiro e econômico das nações “civilizadas” industrialmente serviria de esteio para a expansão do “progresso” mundial, mesmo que, para isso, se utilizasse da força e da superioridade bélica. Essa necessidade urgente de novas conquistas, sob a ótica capitalista e imperialista, representaria o fim das desigualdades e promoveria o progresso do terceiro mundo — uma grande falácia, dados os grandes conflitos, guerras, fome e miséria, distribuídos ao longo do breve e desassossegado século XX.

Por fim, a *teoria da dimensão africana*, diferentemente das teorias anteriores, que buscaram respaldo na mera ampliação da história europeia; parte da constatação histórica de um longo período de contatos entre raças e culturas diferentes. Desta forma, tanto as forças de desintegração ativas das sociedades africanas, em que os conflitos internos eram pronunciados, bem como a

resistência africana à crescente influência europeia, que precipitou a conquista militar efetiva, além das razões comerciais externas das nações industrializadas, levaram à partilha da África.

Diante disso, um rápido repassar de páginas sobre o périplo da História da África, no contexto colonial do novo imperialismo, e vê-la-emos marcada por pretensas conquistas europeias, num taciturno regime administrativo apropriado a tal fim, em supressão a todo um antigo mundo de crenças e ideias, um modo secular de existência. Para o africano, o que estava em jogo era a sua terra, a sua soberania. Para os europeus, numa espécie “*We are the World for África*”, o velho continente cumpria o seu importante papel de promoção da igualdade social, levando aos “desprovidos” africanos o caminho para o progresso e a paz. Através do pleno exercício político sobre a África, as nações do mundo dito civilizado, branco e “homogêneo”, funcionaram como elemento cerceador das várias minorias étnicas do continente africano. Por trás de um discurso humanista, solidário e generoso, projetou-se uma Europa ponta de lança do imperialismo ocidental, que impunha sua visão àqueles que dela receberiam “ajuda”.

Identities sob rasura e o contexto pós-colonial

Figura 1: Rasuras identitárias¹



Transportando a interessante gravura (Figura 1), que revela um duplo sujeito e que nos serve de base à explanação, para o nosso raciocínio; poderíamos pensar nas rasuras identitárias apresentadas sob duas perspectivas: tanto no contexto colonial, como na hegemonia masculina. No primeiro caso, as rasuras se mostram através da inscrição da teoria pós-colonial, ao passo que, no segundo, elas remetem aos deslocamentos promovidos por novas subjetividades e reconfigurações identitárias, interessando-nos mais de perto as identidades femininas, neste contexto pós-colonial de inscrição. Sob nosso ponto de vista, além da dominação político-geográfica sobre o continente africano, o colonizador levou também toda sua carga ideológica, construída historicamente, através de instituições e de práticas que detivessem a manifestação do novo, do heterogêneo, em nome da unidade. Por conta disso, a desconstrução, no sentido de Derrida, de todo esse legado perpassaria por um duplo desafio: promover brechas na representação colonial e ranhuras na homogênea identidade, idealizada neste contexto.

Dentro dessa perspectiva, podemos entender que o pós-colonialismo não só representou a manifestação contrária aos projetos coloniais imperialistas, como forma de libertação político-ideológica, como também possibilitou outras formas de representar, até então reprimidas e silenciadas. Este silenciamento das margens e das culturas autóctones, tão frequente nas práticas de expansão imperialista, reforça a longa via de mão única da cultura ocidental, tanto na formação do cânone, como na própria historiografia e no *modus vivendi* modelar, que precisava ser reproduzido como sendo

ges & Culture, disponível em http://www.girouderoumanie.eu/?page_id=371. Acesso em 07/07/2022, às 12h11.

1 Extraída do sítio GIRONDE-ROUMANIE, Echan-

o único e verdadeiro. Neste sentido, o “pós” no “pós-colonial”, para Hulme,

(...) possui duas dimensões em tensão uma com a outra: uma dimensão temporal, na qual há um relacionamento pontual no tempo, por exemplo, entre uma colônia e um estado pós-colonial; e uma dimensão crítica na qual, por exemplo, uma teoria pós-colonial passa a existir através de uma crítica de um corpo teórico (HULME apud. HALL, 2009, p. 101).

Para Almeida, o termo “pós” não pode ser uma mera descrição disto ou aquilo, do antes ou do agora. Ele deverá promover uma releitura da colonização como parte de um processo essencialmente transnacional e transcultural global, produzindo uma reescrita descentrada e diaspórica, pondo em xeque as grandes metanarrativas ocidentais centradas nas nações. Neste sentido, o pós-colonial não é meramente uma periodização baseada em estágios (ALMEIDA, 2000). Hall, acerca da referida questão, observa que “uma das contribuições do termo ‘pós-colonial’ tem sido dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais” (HALL, 2009, p.108). O termo não se restringe a descrever uma dada sociedade ou época. “Ele relê a colonização como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural — e produz uma reescrita descentrada, diaspórica, ou global, das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação” (HALL, 2009, p. 109). Said (1990) vai problematizar a perspectiva imperialista, defendendo que “a tarefa mais importante de todas seria o estudo das alternativas contemporâneas para o orientalismo, que investigue como se podem estudar outras culturas e outros povos desde uma perspectiva libertária, ou não-repressiva e não-manipuladora” (SAID, 1990, p. 35).

Não significa dizer que as sociedades coloniais ou tradicionais ultrapassaram o “colonialismo” de forma uniforme. Significa que esta é uma “condição de posturas intelectuais, estéticas, políticas e econômicas marcadas pela deslegitimação da autoridade, poder e significados produzidos pelos impérios ocidentais”. (APPIAH, 1997, p. 213) Desta forma, o “pós-colonialismo” contesta narrativas anteriores, legitimadoras de dominação e poder, como, por exemplo: de raça, gênero, classe, nação e etnia. Ao contestá-las, pelo viés disjuntivo da representação autóctone, promove fissuras na forma de representar.

Em seu artigo “*Quem precisa de identidade?*”, Hall (2012) advoga que a “identidade” é um dos conceitos-chave do pós-estruturalismo, colocados, mediante a desconstrução, “sob rasura”. Assim, Hall retoma Derrida e esclarece que o sinal de “rasura” (X) indica uma escrita dupla no limite, no intervalo que surge entre a inversão e a emergência. Explicando melhor, estar “sob rasura” significa que a “identidade” em sua forma original já não é tão satisfatória para ser pensada; entretanto, não há uma superação dialética do conceito, tampouco a sua substituição por outro conceito diferente, que possa substituí-lo. Tal aspecto nos leva a continuar pensando com esses conceitos, mas, sob a perspectiva desconstrucionista, rasurando-os.

Ora, se a masculinidade funcionou como forma de legitimar as relações e instituições ocidentais e estabeleceu de forma universalizante uma identidade “una” como forma de conter as brechas na representação; há de se pensar que a promoção de rasuras não se estabeleceria a partir do contraponto (senão incorreríamos nos mesmos essencialismos identitários dos pares dicotômicos da metafísica ocidental), mas a partir do diver-

so, através da *différance*. Sob esta perspectiva, a construção identitária, no contexto pós-colonial, se dá pela resistência aos binarismos fechados, pelo viés da performatividade. Como bem observa Silva, retomando o conceito de performatividade, proposto por Judith Butler:

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a ideia de “tornar-se”, para uma concepção da identidade como movimento e transformação (SILVA, 2012, p. 92).

Se a identidade está como em espiral, movimentando-se e transformando-se, podemos defender que ela está em constante mediação cultural, o que a pluraliza, passando a ser identidades, como forma de representar o diverso, em sua fragmentada acepção pós-moderna. A produção da identidade de forma performática “descola” o fenômeno da produção discursiva do *mesmo*. A partir desta produção, é possível perceber que os sistemas de representação estão inevitavelmente ligados ao poder e, ao resgatar a materialidade do significante, evidenciam a pretensão clássica de priorizar o significado. Neste momento, a *diferença* surge, em contraponto, ao *mesmo*, representado pelo etnocentrismo ou pelo gênero.

Para Butler (2003), a subjetividade se forja por meio de repetidas performances, as quais são resultantes de discursos reguladores pré-existentes — a diferença sexual, a raça ou a sexualidade. A identidade é, assim, efeito do discurso, e não dele precursor ou gerador. Em síntese, a identidade é resultado da repetição de atos discursivos. Os sujeitos não escolhem uma identidade, antes a moldam nos discursos reguladores da sociedade. A proposta de Butler (2003) é problematizar as identidades de gênero

masculina e feminina, desvinculando as diferenças anatômicas e os comportamentos esperados em razão dessas diferenças. Esses comportamentos, segundo a autora, são construtos sociais, pautados em “regras disciplinares”, que definem o conjunto de características que distinguirão a “regra da feminilidade” da “regra da masculinidade”. Butler herda de Foucault a concepção de “regra disciplinar”, em que o sujeito é produzido pelo poder.

A autora usa essa ideia para questionar o caráter científico e natural da “mulher”. Nesta perspectiva, ela sustenta que a dicotomia sexo-gênero sustenta a existência de apenas dois gêneros, o que limita o processo de construção do gênero ao aspecto meramente biológico do sexo. Ou seja, há características biológicas imutáveis, detentoras de uma essência, à qual a cultura atribui sentidos, que jamais desafiam o núcleo duro da identidade de gênero, a biologia. Segundo Butler, a dicotomia sexo/gênero (ou natureza/cultura) pressupõe uma distinção entre o mundo interno e o externo que é insustentável. Tal dicotomia presume a relação causal entre sexo, gênero e desejo por meio da proibição a determinadas condutas. Em outras palavras, essa dicotomia assegura estabilidade e universalidade à identidade de gênero, em que a anatomia do corpo é o seu fundamento absoluto.

Assim sendo, o etnocentrismo hierarquizador da colonização não consegue conter a resignificação das relações de gênero e etnia, muito além da norma esteada no falso ou verdadeiro. Reivindica-se, aqui, a memória do vivido, e não a memória do esquecer para lembrar, conforme postulou a modernidade. A identidade sob rasura se coloca como negadora de qualquer pretensão ao uso de uma racionalidade, que não reflita suas existências periféricas.

Balada de amor ao vento e a promoção de rasuras

Partimos inicialmente da constatação de Matusse sobre a formação da literatura moçambicana, da qual Paulina Chiziane faz parte, de que:

(...) a situação colonial de que emerge a literatura moçambicana é marcada por interações, por clivagens, por atitudes de distanciamento e de assimilação ou apropriação, que implicam tomadas de consciência de ser/pertencer a um grupo e, por consequência, não ser/não pertencer a outro grupo. Como se sabe, a imagem resulta deste distanciamento e corresponde à representação do outro, a partir do espaço ideológico ou social em que se situa o eu (MATUSSE, 1998, p. 58).

Podemos, com isso, observar a ampla mescla conceitual que nos remete tal formação literária e utilizá-la na percepção de rasuras, tanto sob a ótica pós-colonial, como na identitária, já que a cena enunciativa, no espaço colonizado, apresenta-se presa a circunstâncias, na medida em que a luta pela sobrevivência promove a assunção de posturas e o erguimento de normas relativizadas.

Em *Balada de amor ao vento*, vemos a história de Sarnau, a jovem que descobriu que amava Mwando, um rapaz que estava destinado a ser padre. Como o namoro não se enquadrava nos moldes da sociedade, cada um vai para um lado e Sarnau acaba virando uma das mulheres do rei das terras de Mambone. Depois de casada (e bem casada, para a sociedade em que vive), Sarnau vê Mwando reaparecer e vive outro romance. Perseguidos, acabam de novo separando-se. Mwando, depois de se envolver com a mulher de um sipaio (soldado), foi deportado para Angola, onde passou quinze anos a plantar cana e café. Um filho de Sarnau,

gerado por Mwando enquanto ela era rainha, acaba coroado rei, depois da morte do presumível pai, enquanto a mãe é obrigada a cumprir um destino de prostituição para sobreviver.

Partindo do rápido relato, trabalhamos com a ideia de que não há possibilidade da construção de uma identidade essencialista, nos moldes coloniais, presa aos preceitos de eugenia, por exemplo, legitimando-se em conceitos restritos de territorialidade e de nação. Apesar de toda imposição imperialista, em sua pretensa conquista, o que defendemos aqui é um conteúdo de cultura deslocada em suas margens deslizantes, em que a assunção da identidade passe pela diáspora do sentido (Hall, 2009), à luz do hibridismo, não estreitado ao arrogante etnocentrismo, cujo discurso privilegia a unidade e a pureza.

Chiziane, então, com sua escritura autóc-tone, questiona o centro irradiador dos preceitos, que legitimaram determinados tipos de saber e poder e promove a ressemantização de discursos, alocando-os em outro contexto, expandindo-os e acrescentando à origem a possibilidade de descentramentos. Ora, se a cena enunciativa é determinada pelo lugar deslocado, o colonizado, pelo viés do *suplemento*, ganha em entendimento. Como na descrição do casamento de Sarnau, cerimônia híbrida, que garante a mescla entre o dado colonizador e a cena enunciativa do colonizado:

Como estou bela vestida de branco. Como é bonito o meu marido, trajado de preto. Este anel no meu dedo brilha como o sol. Como é bonita esta melodia com que o povo nos saúda, e que sempre pensei que era apenas dedicada aos anjos. (...) O padre Ferreira fez uma linda bênção. O meu marido assinou o livro com uma caneta de ouro e eu penas marquei o sinal do meu dedo (CHIZIANE, 2003, p. 44) [observe aqui a assunção

de todo o ritual ocidental do matrimônio, numa forma de demonstrar o dado colonizador].

[...]

A atenção de todos foi concentrada num grupo de mulheres trajadas de capulanas vermelho-estampadas e blusas brancas que cochichavam num canto em gesto de conspiração. A festa ia mudar de cenário. (...) Na multidão de assistentes, explodiam culunguanes ensurdecedores, sonantes, emocionantes. A velha tia, arrastando-se em passos já gastos, depositou nos meus pés um pesado pilão, soltando um suspiro cansado. Fez uma pausa para retomar o fôlego, inspirar-se e erguer a voz (CHIZIANE, 2003, p. 45-46) [o matrimônio ganha em suplemento ao assumir contornos locais, tornando híbrida tal cerimônia e remetendo-a à cena enunciativa do colonizado].

Assim sendo, os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, colocam-se como rasuras à instância colonizadora. E a cultura é vista, em processo, sob a ótica da inclusão, e aventa a dissolução do conceito tradicional de identidade, ao acenar com a multiplicidade de sujeitos, em suas categorias de gênero e etnia. Além disso, os espaços periféricos, em que a trama se desenvolve, demonstram não só uma opção, que em nada se adequa ao etnocentrismo, como também realçam os particulares contornos da sociedade representada. Neste sentido, ainda que flagre a hegemonia e a violência masculina dentro da sociedade em que vive, a escritura autóctone de Chiziane a utiliza como referência para denunciar um modelo cerceador:

Arremessou-me um violento pontapé no traseiro que me deixou estatelada no chão. Minutos depois voltei à posição inicial. Enviou-me uma bofetada impiedosa que me fez saltar um dente. A minha rival assistia a tudo, coroadando-me com um sorriso de troça e de triunfo (CHIZIANE, 2003, p. 56).

Desta forma, em *Balada de amor ao vento*, a violência expressa como um elemento cultural do macho dominador, bem como a naturalização da poligamia e de instituições como “casamento arranjado”, “lugar de mulher é na cozinha”, “homem, o chefe de família” são elementos contextualizados e envolvidos em uma sociedade de cunho androcêntrico, em que o domínio da terra se estende às posses, condicionando a identidade feminina ao estamento patriarcal. A cerimônia do *lobolo*, por exemplo, em que se paga o dote à família da noiva demonstra o funcionamento dessa sociedade, cujos traços a tradição colonial procurou comprimir.

Retomando a questão das rasuras, ao rechaçar o *a priori* identitário do *logos* dominante, a cultura local funciona como forma de superação do *ethos* intersubjetivo, imposto tanto a mulheres, quanto a homens. Por conta disso, ainda que funcione como “*navalha na própria carne*”, denunciando valores locais que legitimem o poder masculino, a escritura de Chiziane encontra-se em uma coordenada histórica diferenciada, já que promove uma reflexão sobre aquele *modus vivendi* falocrático, em que a violência à mulher se coloca independente de qualquer presunção emancipatória.

Observa-se, com isso, que a identidade masculina é pré-estabelecida, vista como norma atemporal, responsável pela identificação dos homens, tendo um lugar simbólico estruturante de suas condutas e orientando a formulação de juízos. Como vemos em alguns trechos da obra: “... mas onde já se viu um homem cozinhar com mulheres em casa?” (CHIZIANE, 2003, p. 27), ou em “... Eu sou cristão e não aceito a poligamia.” (CHIZIANE, 2003, p. 29), ou ainda “... Não chores, Sarnau, que os caprichos do homem não fazem mal a ninguém. (...) Aprende a ser serva obediente e serás feliz” (CHIZIANE, 2003, p.

56). Nestes termos, o processo de subjetivação está diretamente vinculado à condição imposta aos homens, cuja tomada de posição identitária traz em seu bojo a construção discursiva do sujeito.

Diante do exposto, observamos que a submissão quase cega aos desígnios deste lugar simbólico realça algumas características tidas como essencialmente masculinas, dentro do enquadramento sexual, esperado de uma sociedade patriarcal e machista. O relato de Chiziane aqui flagra essa realidade, sem, no entanto, se ater a tais construções. Ou seja, ao evidenciar a estrutura machista da sociedade, a escritura autóctone funciona muito mais como uma denúncia do que como uma conformação ao imposto, como se evidencia no trecho:

- Sarnau, estás zangada?
- Não, não estou.
- Mas choraste. A bofetada que te dei foi só uma disciplina para aprenderes a não fazer ciúmes. Gosto muito de ti, Sarnau. És minha primeira mulher. É tua toda honra deste território. (...) (CHIZIANE, 2003, p. 57).

Dentro de suas respectivas construções identitárias, inclusive com suas limitações e imposições, defendemos que essas personagens se tornam cognoscentes e revelam sujeitos em processo de reconfiguração identitária. Ao sugerirem outra ordem cultural que não a eurocêntrica, os relatos identitários de sujeitos periféricos fazem emergir vozes silenciadas e o espaço do imaginário e da reflexão, impensável pelo discurso branco colonizador. Assim, vemos a formação familiar poligâmica, pautada no patriarcalismo rural, em que as regras de obediência e de submissão são estreitas: à mulher, estava destinado o lar, em que os afazeres domésticos e a total submissão ao macho dominador, chefe da família, se constituíam numa espécie de perpetuação hereditária.

A noção de posse faz da mulher um objeto, o que realça o seu caráter essencialista, em seu processo de dominação excessiva do homem, que engendram situações de refinada sutileza. Perpetua-se, assim, a visão da mulher, confinada em seu ambiente doméstico e, enquanto objeto sexual, sempre à disposição do macho. Em *Balada de amor ao vento*, esta sociedade tribal sexista reforçou a extrema submissão das mulheres. Similarmente, a matriz homogênea de feminilidade, com caráter biológico determinante, pautou o modelo de razão imposto pela cultura ocidental, presa a preceitos que submetiam os *corpos dóceis* para o trabalho doméstico.

Dada essa condição, como se dariam, então, as rasuras identitárias no referido romance? Há, porém, uma quebra, uma ruptura, no modelo pré-concebido, a partir do momento em que Sarnau concebe de outro homem: “No meu ventre germinou a semente do amor proibido, não sei o que será de mim. Deuses e defuntos, acudam-me!” (CHIZIANE, 2003, p. 87), e oculta ao marido: “O meu marido de nada desconfia. Dorme ao meu lado como rei, como anjo, como menino senhor do mundo, embalado pela minha voz suave, envolvido por este manto de perfídia em que cubro o coração (CHIZIANE, 2003, p. 87). Com essa ruptura, Sarnau promove o deslocamento da identidade feminina, contrariando a pretensa homogeneização do discurso central. Depois, ao assumir-se prostituta, torna-se uma mulher feita, com experiência do mundo. O construto de identidade, advindo de tal condição, remete à performatividade, como propõe Butler, conforme afirmamos anteriormente, a identidade é, assim, efeito do discurso e não dele precursor ou gerador.

Assim sendo, a performance da personagem, em análise, e sua construção identitária redesenham, com a sutil matéria da

subjetividade, a representação feminina, estabelecendo o viço emancipatório do novo. Sarnau se insere, no dizer de Richard (2003), num processo de resistência/negociação, resultando em seu empoderamento, enquanto ser dotado de razão e querer, como vemos no retorno de Mwando para a esposa e os filhos:

– Sarnau, as crianças precisam de um pai.

E eu preciso de um homem, e deste homem que está aqui ao meu lado. Atacou-me com arma que extermina todas as fêmeas do mundo. Colocou-se ao lado dos filhos, fez a guerra e venceu. Viverá comigo. Tenho casa, tenho negócio, tenho dinheiro. Hei-de alimentá-lo. Não será fácil para ele arranjar um posto de trabalho nesta terra. Embora vencida, ainda me resta o orgulho, mas orgulho de quê? O orgulho cega-me e destrói-me, preciso ser feliz, estou vencida e perdida (CHIZIANE, 2003, p. 88)

Assim sendo, Sarnau, enquanto ser de vontade, cria suas próprias condições de sobrevivência e opta pelo embrutecimento da sensibilidade para esse sobreviver. Aqui, o desdobramento do ponto de vista representa a necessidade de a personagem colocar um abismo entre si e sua própria experiência, de se transformar em seu próprio duplo, de se converter no *outro* e de adquirir suas práticas. Por meio da performatividade, a personagem reconstrói o processo de formação da sua identidade de gênero, redefinindo os papéis socialmente estabelecidos. Como se vê, a presença de sujeitos em *deslizamento*, como sugere Derrida, denuncia a não valência de preceitos essencialistas na constituição da identidade feminina.

Considerações Finais

Como vimos, o colonialismo e a masculinidade, apesar do forte legado tradutor do discurso dominante etnocêntrico que, his-

toricamente, os sustentam; são repensados a partir de rasuras pós-coloniais e identitárias, que denunciam o pretensão projeto colonialista de supressão das margens e o essencialismo das representações de gênero, em que o macho, viril, forte parece endossar a existência de uma substância imutável em cada coisa, como se fosse um núcleo duro, fixo, atemporal, que seria responsável pela identificação.

Ao flagrar essa limitada forma de estabelecer-se, a escritura autóctone de Paulina Chiziane, em *Balada de amor ao vento*, promove fissuras na representação, já que não se atém ao ideal de nação, tampouco ao formato do lar burguês, com a figura do devotado pai de família. Tal escritura promove, neste sentido, a descontinuidade dos significados disponíveis nas relações dominantes dos colonizadores e nas relações de gênero, que atribuíam sentido ao *ser homem*, numa espécie de categorização universalista. A identidade feminina põe em xeque a ideologia patriarcal que transpunha todas as esferas da sociedade e que reforçava a extrema submissão das mulheres.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale de. **Um mar da cor da terra**. Raça, cultura e política da identidade. Oeiras: Ed. Celta, 2000.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BASSO, L. An analysis of classical theories of imperialism. In: CHOMSKY, N et al. **Spheres of Influence in the Age of Imperialism**. 1972, p. 111-144.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHIZIANE, Paulina. **Balada de amor ao vento**. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. SOVIK, Liv (org.). Trad. Adelaide Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012, p.103-133.

HAYES, C. J. H. **A Generation of Materialism**, 1871-1900. Nova York: Harper & Row, 1941, V. III, p. 95-126.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é para**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HINSLEY, F. H. International rivalry in the colonial sphere, 1869-1875. In: BENIANS, E. A.; BUTLER, J.; CARRINGTON, C. E. (orgs.). **History of the British Empire**, v. III, 1959, p. 255-292.

HOBSON, J. A. **Imperialism**: a Study. Ann Arbor: MUP, 1965.

MATUSSE; Gilberto. **A construção da imagem da moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

M'BOW, M. Amadou-Mahtar. Prefácio. In: BOAHEN, Albert Adu (edit.). **África sob dominação colonial**, 1880-1935. Trad. MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. 3. ed. São Paulo: CORTEZ; Brasília: UNESCO, 2011, p. xix - xxiv. (Coleção história geral da África, vol. 7).

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 73 - 102.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (edit.). **África sob dominação colonial**, 1880-1935. Trad. MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. 3. ed. São Paulo: CORTEZ; Brasília: UNESCO, 2011, p. 21-50. (Coleção história geral da África, vol. 7).

Recebido em: 31/08/2022
Aprovado em: 29/10/2022



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.